



ASSECOR NOTÍCIAS

Junho de 2013 - Número 12

Pág. 3 Incidência do IR sobre o abono de permanência

Pág. 3 Processo de elaboração do PLOA 2014 tem início na SOF

Pág. 4 Aprovada lei que trata sobre o conflito de interesses nos cargos do Executivo

Pág. 4 Audiência pública na Câmara debate valorização das carreiras de Estado

CG e NF apresentam propostas para o fortalecimento do Estado à Presidência

O presidente da ASSECOR, Eduardo Rodrigues, compareceu no dia 7 de maio à reunião com o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopes Feijóo. O objetivo foi apresentar a carta elaborada pelas entidades que representam as carreiras do Ciclo de Gestão e do Núcleo Financeiro. O documento lista 13 propostas para promover o fortalecimento do Estado e o desenvolvimento do país.

Confira a carta na íntegra no site da ASSECOR
www.assercor.org.br

O documento propõe que haja maior valorização às carreiras de Estado, que tem potencial para contribuir com a consolidação de um processo de desenvolvimento do país, garantindo que a população participe dos benefícios decorrentes deste. A carta demonstra a relação positiva entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a manutenção de uma administração profissionalizada, recrutada por meio de critérios de mérito e organizada em estruturas de carreira e remuneração. O texto defende ainda que os cargos de DAS 1 a 5 - e equivalentes - sejam ocupados por servidores de carreiras com atribuições compatíveis com as responsabilidades dos cargos. A proposta é que o Governo promova a cultura de planejamento em todos os órgãos, implementando um efetivo planejamento estratégico integrado que dê consistência à ação do estado, com a participação dos técnicos e da sociedade.

A carta, dirigida à presidente Dilma, faz parte da estratégia do Ciclo de Gestão e do Núcleo Financeiro de se mostrar como interlocutor qualificado para discutir temas de interesse de toda a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Caros,

A ASSECOR tem trabalhado nos últimos 24 anos a fim de garantir a defesa dos interesses da Carreira e a valorização dos servidores. Para isso, tem papel intermediador e reivindicatório. É importante que nós, Analistas e Técnicos da Carreira, estejamos alinhados com a intenção darmos voz às nossas aspirações, afinal somos parte da construção de um Estado cada vez melhor à sociedade brasileira.

Entre as diversas ações da ASSECOR que beneficiaram a Carreira, destacam-se as conquistas salariais. Entre os anos de 2000 a 2010, além da tabela de 13 padrões (antes eram 24), houve um reajuste significativo: na classe inicial 314,32% e na final 379,28%.

Em 2011, realizamos negociações salariais, além de reuniões com o intuito de modernizar a carreira. As reivindicações entraram mais uma vez na pauta de discussões de órgãos como a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e Câmara dos Deputados que receberam o Ciclo de Gestão e o Núcleo Financeiro.

Nas atividades de 2013, a ASSECOR continuou participando de vários eventos ligados ao processo de negociação salarial. A Associação promoveu seminários, mobilizações realizadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, além de reuniões junto ao Executivo. O processo da questão salarial iniciou em 2011, e em 2012, o acordo foi assinado.

A ASSECOR, em parceria com a SOF e a SPI, produziu ainda um Diagnóstico dos Setoriais de Planejamento e de Orçamento. O objetivo do estudo foi conhecer a forma que os Setoriais de nossa carreira se organizam e como executam suas atribuições. O estudo respondeu questões como, quem são as pessoas que trabalham nos processos de planejamento e orçamento; onde estão posicionadas na estrutura de cada ministério; e o que regimentalmente está previsto que façam e elas fazem aquilo que está previsto legalmente. O resultado desta pesquisa deve ser divulgado em breve.

A estruturação, a conquista de novas condições salariais e a luta pela mobilidade em nossa carreira também depende da sua força. A ASSECOR tem trabalhado em prol de melhorias para que a Carreira de Planejamento e Orçamento e conta com a sua participação neste processo.

Filie-se você também.



Eduardo Rodrigues
Eduardo Rodrigues
Presidente ASSECOR

Expediente

Presidente: **Eduardo Rodrigues**

Vice-presidente: **Antonio Manoel Rodrigues Magalhães**

Jornalista responsável: **Natália Pereira**

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdineá Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Jadson Valentim**

Uma publicação da
ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



www.assecor.org.br



facebook.com/assecor



twitter.com/assecor

Eventos

Você está convidado(a) para o

ARRAIÁ DA SOF
21/06
2013

Horário: 16h às 22h

Local: Estacionamento do têrredo da SOF.
SEPN 516 bloco D, lote 8. Acesso W3 Norte.

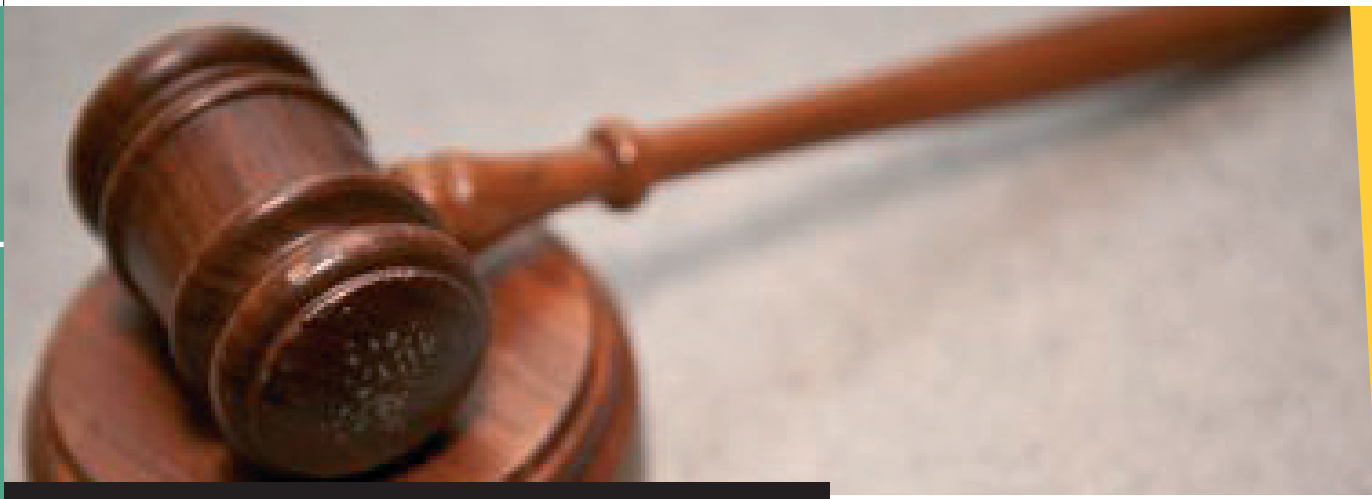
Venha e traga sua família!

Arraiá da SOF

Data: : **21 de junho, sábado;**

Horário: 16h às 22h;

Local: Estacionamento do têrredo da SOF. SEPN 516, bloco D, lote 8. Acesso W3 Norte



Incidência do IR sobre o abono de permanência

Escritório Torreão Braz Advogados questiona a incidência do IR sobre o abono de permanência a pedido de um associado da ASSECOR

O escritório de advocacia Torreão Braz Advogados foi questionado por um associado sobre o cabimento de uma medida judicial para afastar a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência.

Este abono trata-se de um incentivo à escolha pela continuidade no trabalho, facultando ao servidor continuar na ativa quando já houver completado as exigências para a aposentadoria voluntária. De acordo com a nota de esclarecimento produzida pela equipe do Torreão Braz Advogados sobre o

possível cabimento desta da ação, “a permanência em atividade é opção que não aponta para a supressão de direito ou vantagem do servidor e, como consequência, não dá ensejo a qualquer reparação ou recomposição de seu patrimônio”. Por isso, é possível que seja feita uma ação coletiva para afastar a incidência deste abono.

Como a questão diz respeito aos aposentados integrantes da Carreira de Planejamento e Orçamento, é oportuno apresentá-la aos associados, para uma possível ação coletiva.

Caso seja de seu interesse participar de uma ação coletiva com o objetivo de buscar medida judicial para afastamento da incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, entre no site da ASSECOR (www.assecor.org.br) e responda a enquete.

Processo de elaboração do PLOA 2014 tem início na SOF

A SOF iniciou, no dia 9 de maio, o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2014). Nos dias 17, 20 e 21 de maio, aconteceu a abertura da fase qualitativa. Nesta fase foi apresentado o módulo do Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOP) para os órgãos setoriais, com as principais diretrizes para elaboração da proposta. A intenção é reavaliar o cadastro de ações revisado ano passado, dando prosseguimento ao esforço de aprimorar a programação.

No dia 22 de maio, foi anunciada a Programação Orçamentária e Financeira para o ano de 2013. Com base no Relatório de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre do ano, o Governo anunciou o corte de

R\$ 28 bilhões em gastos, mas manteve intactos todos os investimentos prioritários, inclusive os recursos para as políticas sociais.

A fase quantitativa ocorrerá no período compreendido entre 18 de junho e 19 de julho. Neste ano, os limites serão divulgados no dia 17 de junho. Anteriormente, a divulgação acontecia próximo ao último dia útil de junho. Outra mudança importante na fase quantitativa é que os pedidos por expansão de limite serão enviados junto com os valores da proposta, inclusive no mesmo nível de detalhe. Com isso, a análise das propostas quantitativas dos órgãos, realizada pela SOF, será facilitada.

Aprovada lei que trata sobre o conflito de interesses nos cargos do Executivo

No dia 16 de maio, foi sancionada a Lei nº 12.813/2013 que 'dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego'. O projeto de lei foi formulado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2006.

O texto da lei considera como conflito de interesses divulgar ou fazer uso de informação privilegiada em proveito próprio ou de terceiros; prestar serviços ou manter negócios relacionados à área em que atua no Executivo; desenvolver atividades incompatíveis com o cargo que exerce; atuar, mesmo

que informalmente, como intermediário de interesses privados; beneficiar empresa que atue ou que parentes façam parte; receber presentes de quem tenha interesse e prestar serviços ainda que eventuais a empresas fiscalizadas pelo órgão que atua. Em caso de dúvida sobre a situação, o servidor deverá consultar a Comissão de Ética Pública ou a Controladoria-Geral da União (CGU).

Os alvos da lei são ministros, presidentes, vice-presidentes, diretores de autarquias, fundações e empresas públicas ou sociedades de economia mista. Mesmo após demissão, dispensa, exoneração ou aposentadoria, os ex-servidores não podem trabalhar, nos seis meses seguintes, com quem estabeleceu relacionamento enquanto exercia cargo federal, aceitar cargo em área correspondente à vaga de quando era servidor, celebrar contratos com o poder Executivo e intervir em favor de interesse privado em órgão que atuou.

Audiência pública na Câmara debate valorização das carreiras de Estado

A lei orgânica das carreiras e a criação de uma política salarial e de pessoal foram os principais temas da audiência

Com informações: Ascom/FONACATE -
Fotos: Ascom/SINDIFISCO NACIONAL

No dia 14 de maio foi realizada uma audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados com o objetivo de debater a "Valorização das carreiras típicas de Estado". As entidades filiadas ao Fonacate, parlamentares e outras entidades representativas dos servidores públicos participaram do encontro.

Durante a audiência pública, o presidente do Fonacate, Roberto Kupski, destacou que ainda é preciso um projeto de lei que defina qual é o rol das carreiras típicas de Estado. De acordo com o presidente, as carreiras "precisam de uma política de pessoal, profissionalização e permanente qualificação dos servidores", e cobrou a aprovação de Leis Orgânicas das Carreiras como a do Fisco (LOF), a da AGU (Advocacia-Geral da União).

Outro ponto que ganhou importância durante a audiência pública foi a necessidade de uma política salarial para o serviço público. A campanha de 2012 realizada pelas carreiras de Estado lutava apenas para que o governo repor as perdas inflacionárias acumuladas desde 2008 – conforme prevê o artigo. 37, inciso X, da Constituição, que determina ao Estado Brasileiro que realize, anualmente, a revisão geral da remuneração de todos os servidores públicos.

O secretário-geral do Fonacate e presidente da Unacon Sindical, Rudinei Marques, frisou que é preciso acabar com essa precarização das carreiras de Estado, valorizar a importância do concurso público e diminuir os cargos em comissão de livre nomeação. Ainda de acordo com o secretário, é preciso de servidores para desempenhar as atividades exclusivas de Estado. E, para isso, o governo federal precisa de uma política de pessoal.

O presidente da Comissão, deputado Roberto Santiago (PSD/SP), registrou que não entende porque não se faz concursos para as demandas que realmente existem nos órgãos. "Se

tem 10 vagas na Anvisa, faz concurso para 10 vagas. Se são 100 vagas, faz concurso para 100. Por isso que sempre que termina a realização de um certame, temos vários candidatos brigando na justiça e tentando garantir a sua vaga", ponderou o parlamentar

Os representantes do Fonacate, em sua maioria, defenderam uma lei orgânica para as carreiras e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas: municipal, estadual e federal.

Para finalizar, o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), autor do requerimento para a realização da audiência, disse que o governo precisa enxergar a importância estratégica das carreiras de Estado. "Precisamos ter carreiras a favor do Estado. A quem interessa um Ministério Público fraco? Uma polícia federal defasada ou um auditor-fiscal que não tem segurança para realizar suas fiscalizações?"